



# COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA.

ISSN: 2236-8000

v.20, n.1, p. 231-250, jan.-jun. 2025

DOI: <https://doi.org/10.5016/cwvmjv09>

## **Censura e resistência nos meios de comunicação do Piauí: uma análise a partir da história (1964-1971)**

*Censura y resistencia en los medios de comunicación de Piauí: un análisis histórico (1964-1971)*

*Censorship and resistance in the Media of Piauí: An Analysis Based on History (1964-1971)*

**João Victor DA COSTA RIOS**

Mestrando em História do Brasil/Universidade Federal do Piauí e graduado em Licenciatura em História pela mesma instituição. E-mail: [joaorios09@ufpi.edu.br](mailto:joaorios09@ufpi.edu.br)

**Cláudia Cristina DA SILVA FONTINELES**

Doutora em História/Bolsista em Produtividade Científica-CNPq e Professora Associada da Universidade Federal do Piauí-PPPGHB/PPGCP. E-mail: [cfontinelles@gmail.com](mailto:cfontinelles@gmail.com)

*Enviado em: 14 fev. 2025*

*Aceito em: 24 mai. 2025*

## RESUMO

A imprensa piauiense foi constantemente marcada por práticas censórias, sobretudo após o golpe de 1964. Todavia, apesar da expansão do autoritarismo e da censura, houve casos de resistência no jornalismo piauiense desde os primórdios da ditadura. Este artigo analisa as práticas censoras e as ações de resistência no jornalismo tradicional piauiense durante a ditadura civil-militar. Analisamos discursos de resistência ao golpe na comunicação social de Teresina, bem como as punições sofridas pelos oradores. Apresentamos uma análise da expansão da censura e da vigilância das redações piauienses, destacando como a perseguição impactava a vida dos jornalistas. Nosso objetivo é destacar as reações autoritárias da ditadura contra piauienses que, por meio de ações de resistência na imprensa, foram punidos pelo Estado, utilizando uma metodologia baseada em pesquisa qualitativa de documentos oficiais e diálogo com autores da História e da Comunicação Social.

**Palavras-chave:** *História; Censura; Piauí; Resistência; Ditadura de 1964; Jornalismo.*

## RESUMEN

La prensa piauiense estuvo constantemente marcada por prácticas de censura, especialmente después del golpe de Estado de 1964. Sin embargo, a pesar de la expansión del autoritarismo y la censura, hubo instancias de resistencia en el periodismo piauiense desde los primeros días de la dictadura. Este artículo analiza las prácticas de censura y los actos de resistencia en el periodismo tradicional piauiense durante la dictadura cívico-militar. Analizamos los discursos de resistencia al golpe en los medios de comunicación de Teresina, así como las sanciones que sufrieron estos oradores. Presentamos un análisis de la expansión de la censura y la vigilancia en las redacciones piauienses, destacando cómo la persecución impactó la vida de los periodistas. Nuestro objetivo es destacar las reacciones autoritarias de la dictadura contra los piauienses que, a través de actos de resistencia en la prensa, fueron castigados por el Estado, utilizando una metodología basada en la investigación cualitativa de documentos oficiales y el diálogo con autores de la historia y la comunicación social.

**Palabras-clave:** *Historia; Censura; Piauí; Resistencia; Dictadura de 1964; Periodismo.*

## ABSTRACT

The Piauí press was constantly marked by censorship practices, especially after the 1964 coup. However, despite the expansion of authoritarianism and censorship, there were instances of resistance in Piauí journalism since the early days of the dictatorship. This article analyzes censorship practices and acts of resistance in traditional Piauí journalism during the civil-military dictatorship. We analyze speeches of resistance to the coup in Teresina's media, as well as the punishments suffered by these speakers. We present an analysis of the expansion of censorship and surveillance in Piauí newsrooms, highlighting how persecution impacted the lives of journalists. Our objective is to highlight the dictatorship's authoritarian reactions against Piauí residents who, through acts of resistance in the press, were punished by the state, using a methodology based on qualitative research of official documents and dialogue with authors from history and social communication.

**Keywords:** *History; Censorship; Piauí; Resistance; 1964 Dictatorship; Journalism.*

## Introdução

O golpe civil-militar de 1964 foi responsável pela promoção do regime mais autoritário da história brasileira, marcado por prisões, cassações, mortes, perseguições e outras violações dos direitos humanos. Até mesmo recém-nascidos foram alvos de militares em suas diversas ações de violência. Compreendemos essa ruptura institucional como provocada pelo apoio entre forças militares e políticas, nas quais setores da mídia, imprensa escrita e oral foram fundamentais não apenas para a promoção do golpe, mas também para sua continuidade, em forma de um regime consolidado por acordos entre o poder militar e o poder político.

Em todo o Brasil, militares — sobretudo os chefes das guarnições federais — utilizaram mídias estaduais para defender o golpe com a narrativa de que a "revolução estava nas ruas". Em outros estados, como no Piauí, a Guarnição Federal de Teresina apoiou o golpismo, mas sua primeira publicação nos jornais e rádios foi uma nota destacando, em 1º de abril de 1964, que nenhuma ação ou discurso contrário à ordem seria tolerado. Ou seja, a censura política foi ampliada já nesse contexto, no qual o golpismo ainda tentava se consolidar.

Tal conteúdo foi divulgado sem grandes questionamentos, bem como outros pontos de vista autoritários dos militares federais no Piauí. Os jornais escritos do Piauí atuaram de forma pragmática ou com adesão clara ao golpismo. Já a comunicação radiofônica foi marcada por discursos contrários ao golpe de 1964, fazendo oposição tanto aos militares quanto aos proprietários dos meios de comunicação. Essas ações de resistência à censura e ao poder político-empresarial não passaram despercebidas pelos agentes repressivos.

Após o golpe de 1964, a imprensa piauiense sofreu alterações tanto do ponto de vista organizacional quanto no que diz respeito às liberdades dos jornalistas. Não houve grandes mudanças no corpo de trabalhadores das comunicações do estado, mas a censura política, a autocensura e a censura empresarial foram ampliadas.

Os militares criaram sistemas ou serviços de inteligência que chegaram até as redações e estações de rádio, quando não havia colaboradores dos agentes repressivos dentro dos jornais. Um deles foi o Serviço Nacional de Informações (SNI), que dialogava com outras esferas de poder e policiamento, como a Polícia Federal.

A partir dessas ações de inteligência, jornalistas foram monitorados e, conforme suas ações, punidos ou elogiados pelos militares. No caso do Piauí, há evidências desse monitoramento e da punição de profissionais. Boa parte dessas punições ocorreu devido à não adesão às práticas censoras.

Nosso objetivo é analisar as práticas censoras e as ações de resistência no jornalismo tradicional piauiense, bem como destacar as reações autoritárias do regime ditatorial brasileiro contra piauienses que, por meio de ações de resistência na imprensa, foram punidos pelo Estado. A metodologia empregada está baseada em uma pesquisa qualitativa e quantitativa de documentos oficiais, fontes jornalísticas, livros de memórias e material bibliográfico, a partir de pesquisadores das áreas da comunicação social e da história política.

### **O Golpe de 1964 em Teresina: adesão ao golpismo e a censura política**

Na noite do dia 31 de março, as tropas do general Olímpio Mourão Filho iniciaram, em Minas Gerais, o movimento golpista de 1964. Foram enviadas tropas para sitiar a cidade do Rio de Janeiro, tudo como parte de um plano civil-militar para derrubar o então presidente João Goulart.

Nesse sentido, ainda no final da noite de 31 de março, o Piauí recebeu informações que apontavam o início, em Minas Gerais, de um movimento militar contra o presidente. A princípio, as notícias chegaram a Teresina por meio de seu complexo de comunicação, composto por seis jornais: O Dia, Folha da Manhã, Estado do Piauí, Jornal do Comércio, Folha do Nordeste e o Dominical. No campo do rádio, o Piauí contava com três emissoras: Rádio Pioneira, Rádio Difusora e Rádio Clube. Além disso, é fundamental compreender que os militares piauienses tinham seu próprio sistema de comunicação: o código Morse.

Nesse contexto, seja por meio dos militares, seja pelos veículos de comunicação de Teresina, o governador do Piauí, Petrônio Portela, foi informado sobre o início do movimento golpista. Na ocasião, sua primeira reação foi a defesa da legalidade, ou seja, o líder piauiense posicionou-se pela manutenção do mandato do presidente João Goulart.

No entanto, conforme as atualizações sobre o avanço do golpe chegavam ao Piauí, a posição do governador foi se alterando. A esse respeito, destaca-se o registro do jornalista Alberoni Lemos Filho, que ocupou um espaço privilegiado na cobertura da postura do

governo piauiense diante do Golpe de 1964. Dentro do Palácio de Karnak, ele documentou um fragmento do momento em que o líder piauiense recuou de sua posição inicial:

Na manhã seguinte viajamos para Teresina, de ônibus, ouvindo um radinho de pilha. O João Goulart cai ou não cai? Essa era a pergunta. A gente queria que não caísse. Aí pelo dia 2 de abril, ou 3, 4 o Carlos Augusto Cavalcante Barros e mais um ou dois da UPES fomos ao Kanak. Exigimos do governador uma posição. Ele saiu com evasivas e eu disse: "Quando o presidente João Goulart andou aqui o senhor disse que ele podia contar com o Piauí. E agora?" Não posso dizer com certeza, mas parece que ele hesitou um pouco. Disse, mais ou menos em tom de desculpas, que nada podia fazer, não podia contar nem mesmo com a Polícia Militar (Lemos Filho, s.d., p. 24).

Ao trazer essa memória, Alberoni Lemos Filho nos ajuda a problematizar o momento de incertezas vivenciado pelo governador piauiense no início do Golpe Civil-Militar. Quando menciona uma possível promessa do governador ao presidente João Goulart, o jornalista refere-se ao encontro entre os dois na cidade de Teresina, ainda em janeiro de 1964. Além disso, esse registro histórico sugere uma justificativa utilizada pelo governador para não resistir ao golpe: a falta de apoio das forças de segurança do Estado do Piauí (policiais). Isso refletia os atritos recentes com a classe policial do Piauí em agosto de 1963.

De modo geral, Petrônio Portella Nunes inicialmente manteve-se alinhado à legalidade, mas, posteriormente, alterou sua posição, adotando um pragmatismo que o levou a aderir à causa golpista. Entretanto, setores militares chegaram a defender sua deposição devido ao apoio demonstrado ao presidente João Goulart nos primeiros momentos do golpe. Essa tentativa, no entanto, não prosperou, graças aos acordos políticos estabelecidos no contexto do movimento e à proximidade de Petrônio Portella com militares de alta patente.

Além disso, o Coronel Mascarenhas Façanha, comandante da guarnição federal em Teresina, redigiu o primeiro documento de apoio ao golpe na esfera piauiense, apontando claramente o crescente clima autoritário. Essa nota contém a declaração oficial da guarnição federal em Teresina, publicada no jornal O Dia, sem qualquer crítica editorial. Em uma das declarações, o comandante da guarnição federal em Teresina reiterou claramente o crescente clima autoritário:

Recomenda a todos, indistintamente, que se abstenham de participar de quaisquer pronunciamentos ou manifestações públicas, que, porventura, venham a perturbar o clima de tranquilidade [...], os quais serão enérgicos e prontamente reprimidos (Façanha, 1964, p. 1).

Exegeticamente, é evidente o caráter autoritário ao proibir qualquer manifestação física e oral, sobretudo ações que provocassem, no tecido social piauiense, uma reação ao golpe de 1964. Uma vez que, para que tal reação, seria primordial uma leitura crítica em ressonância com as camadas populares, seja pelo rádio, seja pela imprensa escrita. Todavia, o comunicado da guarnição federal de Teresina teve um impacto direto nas redações piauienses. Não existiram contrapontos ou divergências sutis à narrativa da "Revolução Redentora" no jornalismo impresso. Em nossa análise, esse quadro foi provocado tanto pela ameaça do poder militar em ação golpista quanto pela censura nas redações piauienses. Conforme aponta Carlos Mota (2021, p. 16), "a censura política, vinculada ao Estado, que, para proteger seus interesses, interfere na divulgação de informações, determinando o que pode ou não ser veiculado".

Apesar do clima de intimidação, houve resistência — não armada, mas por meio de pronunciamentos e atos em defesa da democracia na capital do Piauí através da imprensa radiofônica. Essas vozes, porém, foram rapidamente atacadas. Além disso, as prisões políticas não começaram por jornalistas, mas por políticos ligados à causa reformista. No dia 4 de abril, o vereador do Partido Trabalhista Brasileiro, Jesualdo Cavalcante, foi detido em sua residência em Teresina:

Nesse mesmo 4 de abril, enquanto aguardava o pior, fui assistir à sessão matutina do sábado, no Cine Rex. Ao sair, lá pelas 12 horas, e indo a pé para casa, como sempre o fazia, senti que era seguido de longe por um jipe oficial. Em casa, não esperaram nem que eu terminasse o almoço. Minutos depois era convidado a entrar numa viatura do Exército e levado para a 26ª Circunscrição do Serviço Militar, na Rua Teodoro Pacheco. Estava detido por ordem do Comando da Guarnição Federal. Nessa mesma tarde, encaminharam-me para a Dops, onde pernoitei. A Dops funcionava num pequeno prédio, de-para, no terreno, ser construída a nova sede pois demolido da Secretaria de Segurança Pública, no canto direito da Pra- Saraiva. À tarde do dia 5, protagonizaria o primeiro espetáculo de truculência da nova ordem: seria levado para o 25º Batalhão de Caçadores na carroceria de um caminhão aberto, sob forte escolta militar, armada de fuzis e metralhadoras. O caminhão, ao atravessar a diagonal da Praça Pedro II, diminuiu a marcha, de modo que as pessoas que formavam longas filas para o filme das 15 horas pudessem contemplar a cena. E havia muita gente, pois era domingo (Cavalcante, 2006, p. 187).

A memória do ex-vereador teresinense ilustra o caráter violento dos militares federais, que transformaram sua prisão em um exemplo político. Uma vez que ao promoverem uma exibição cruel com o preso político na praça mais movimentada da capital,

em horário de pico, os golpistas deixaram claro o destino daqueles que ousassem se alinhar a ideias consideradas ditas subversivas.

Desse modo, as ações repressivas intensificaram-se em Teresina, atingindo tanto manifestantes ativos quanto personalidades que, mesmo sem se oporem publicamente ao golpe de 1964, foram perseguidas por suas trajetórias políticas anteriores. Em muitos casos, a motivação combinava ambos os fatores: oposição ao golpe e histórico político.

É nesse contexto que destacamos que a história da comunicação no Estado do Piauí não foi marcada apenas pela falta de criticidade às manifestações violentas ou pela promoção do golpe de 1964 como uma suposta "revolução redentora", mas também foi um palco de discursos de resistência ao golpismo. A grande questão – e ainda pouco explorada na historiografia da comunicação – é como se constituiu essa resistência e por quais razões o rádio foi um espaço que marcou a história ao ecoar vozes divergentes ao autoritarismo no Piauí, enquanto os jornais impressos não tiveram um quadro semelhante no início da ditadura de 1964.

### **Piauienses contra o golpe de 1964: narrativas de resistência na imprensa do Piauí e as reações autoritárias**

Destaque-se as ações do advogado e deputado estadual Celso Barros Coelho, eleito em 1962, professor da Faculdade de Direito e então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Piauí. Na manhã de 1º de abril de 1964, rompeu o silêncio e dirigiu-se a uma rádio de Teresina, na qual discursou contra o golpe em curso, defendendo a "manutenção democrática" e exortando os militares a "colocarem-se ao lado do povo".

Nesse sentido, a fonte documental deste acontecimento está no depoimento de Celso Barros aos militares federais, registrado no Inquérito Policial Militar da 10ª Região Militar. Todavia, ele não preserva a íntegra do discurso nem identifica a emissora, mas atesta que Celso Barros Coelho verbalizou um discurso de resistência na comunicação social do Estado. Como consequência, o então deputado foi intimado a prestar esclarecimentos, teve seu mandato cassado e foi submetido a interrogatórios no 25º Batalhão de Caçadores, sob acusação de subversão ao defender a legalidade no rádio, bem como outros atos associados aos projetos de ampliação de cidadania, visto pelos militares golpistas como um roteiro de um suposto projeto para implantação do comunismo no Brasil.

Nesse mesmo processo, a Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), ao golpismo moveu-se para cassar quatro deputados estaduais: Celso Barros Coelho, Deusdedit Mendes Ribeiro, Temístocles Sampaio Pereira e José Alexandre Caldas Rodrigues. O processo, solicitado pela Guarnição Federal de Teresina, estava sob ordens do Coronel Mascarenhas Façanha. O representante dos militares federais baseou-se no Ato Institucional Nº 1 (AI-1), que permitia a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos por até 10 anos. Nesse meandro, no dia 8 de maio de 1964, durante sessão solene, os deputados tiveram direito à defesa. Celso Barros Coelho, em um dos discursos mais contundentes contra o golpe no Piauí, reafirmou sua postura de resistência, sem arrependimentos, destacando seu compromisso com os vulneráveis e a legalidade constitucional.

Respondo pelo crime de haver colocado a minha palavra a favor dos fracos contra os poderosos. Esta condição, porém, me tranquiliza a consciência e dignifica o meu trabalho. A cassação do meu mandato não me causa apreensões nem me causa dissabores. Recebo-a não como ato de justiça, mas como uma imposição de quem acha que este lugar não é para mim. O Erro foi do povo que me elegeu. Na defesa do meu mandato me limitarei a estas considerações, pois entendo que o mal não é perdê-lo, mas conspurcá-lo. A violência contra ele urdida terá o seu fim, **O povo saberá julgar os que em seu nome me estão julgando** (Coelho, Serviço Nacional de Informações, 1964, p. 37, grifo nosso).

Celso Barros Coelho contestou veementemente a acusação de "subversão", argumentando que o pedido de cassação — encaminhado pelo Coronel Mascarenhas Façanha — carecia de legitimidade. Seu discurso, tanto no rádio quanto na Assembleia Legislativa, tornou-se um marco da resistência piauiense à tirania da ditadura de 1964. Apesar dos militares não terem registro das suas palavras do seu primeiro discurso, proferido no rádio piauiense, isso não diminui a importância desse acontecimento.

É importantíssimo destacar que o rádio no Estado do Piauí chegava a mais pessoas do que os jornais impressos. A maioria da população não tinha acesso a este tipo de comunicação, sobretudo pela falta de acesso ao letramento. O povo piauiense em sua grande maioria tinha acesso ao jornalismo por meio da comunicação radiofônica.

Ou seja, quando o então deputado verbalizou um discurso de resistência ao golpe de 1964, sobressaindo a censura política e as constantes ameaças de autoridades públicas, ele impactou mais piauienses do que publicações favoráveis ao golpismo nos jornais. Entretanto, isso não significa que as pessoas ao qual tiveram acesso ao discurso compreenderam a gravidade do momento.



Outro exemplo de resistência foi a jornalista e professora Iracema Santos Rocha da Silva. Esta, por sua vez, era uma profissional da imprensa que produziu trabalhos para os principais periódicos de Teresina, trabalhou na comunicação radiofônica e foi professora catedrática na capital do estado. Um de seus trabalhos era escrever a Crônica Feminina no jornal O Dominical, vinculado à Igreja Católica, na qual produziu textos mesclando informações cotidianas e ciências humanas (história, filosofia e sociologia) para oferecer uma leitura crítica dos acontecimentos.

Mas, sobretudo, suas principais atuações no campo da política foram lutar pelos direitos das mulheres. Em 1962, tornou-se a primeira candidata a disputar o poder executivo de Teresina pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na qual terminou em segundo lugar e, até os dias atuais (2025), é a única mulher que chegou a essa colocação. Trabalhando para os jornais Folha do Litoral, O Dia e Jornal do Comércio, escreveu crônicas sociais destacando a importância e a necessidade das Reformas de Base para o Brasil, sobretudo a Reforma Agrária. A trajetória dessa jornalista na comunicação social piauiense foi marcada pela sua característica de ler a sociedade piauiense sob uma perspectiva crítica, alinhada ao trabalhismo, catolicismo, nacionalismo-reformista e, sobretudo, à luta pelos direitos das mulheres.

No dia 1º de abril, por volta das 16 horas da tarde, Iracema Santos Rocha da Silva, após lecionar uma aula de história em Teresina (PI), foi abordada por um radialista da Agência Nacional de Comunicação, que convidou a professora para falar sobre os acontecimentos do dia 31 de março através da sucursal da Rádio Nacional, que naquele momento estava em cadeia com a Rádio Pioneira. Então, na noite de 1º de abril de 1964, pela Rádio Pioneira, Iracema Santos Rocha abriu os trabalhos do seu programa intitulado “A Tribuna Nacionalista”, no qual se posicionou pela legalidade.

Um detalhe importantíssimo é que existe no próprio documento do depoimento de Iracema Santos Rocha da Silva, no 25º Batalhão de Caçadores, um fragmento desse discurso. A professora pediu que “a Constituição fosse preservada, a ordem e a paz; que as mulheres soubessem pacificar seus maridos e pudesse o Brasil continuar sua tradição de paz e liberdade” (Silva, 1964, s.d). Mesmo com a censura política e as ameaças do chefe da Guarnição Federal de Teresina, a comunicadora expressou seu posicionamento, e isso

rendeu-lhe uma intimação pelo 25º Batalhão de Caçadores, onde foi interrogada sob suspeita de incitação à desordem.

Além disso, é fundamental destacar o conteúdo voltado para as mulheres, pois, na ótica da jornalista, elas poderiam pacificar seus maridos. Nesse sentido, é essencial compreender que “gênero é um elemento distintivo nos modos do fazer jornalístico, bem como nas relações e hierarquias entre os profissionais e entre as próprias notícias” (Veiga, 2012, p. 490).

Em nossa análise, isso representa uma dupla crítica: ao mesmo tempo em que defende a Constituição contra os ataques golpistas, há também um destaque para a figura feminina, que poderia agir para que o país mantivesse a ordem democrática. Outra linha interpretativa é que a jornalista aponta a política como um espaço predominantemente masculino e que os homens, por sua vez, são os provocadores dessa crise institucional.

Todavia, os militares não deixaram tais ações impunes:[..] “é necessário entender o jornalista em uma dupla relação: como indivíduo/cidadão que se equilibra entre os riscos e os privilégios da profissão, mas também como profissional cuja defesa da cidadania e da democracia é condição essencial para o próprio trabalho” (Temer; Tuzzo, 2017, p. 2, apud Temer; Santos, 2018, p. 15).

Nesse meandro até o início do mês de maio de 1964, a professora e jornalista não sofreu represálias. Somente após prisões e uma série de depoimentos de outros acusados de comunismo e subversão, Iracema Santos Rocha foi presa e obrigada a prestar depoimentos. É nesse contexto que precisamos nos atentar, pois sua prisão ocorreu na véspera do Dia das Mães, o que não pode ser um elemento negligenciado, já que se tratava de uma mãe e uma mulher que resistiu ao golpe de 1964 e tentou convencer os brasileiros de que, no dia 1º de abril, o que estava sendo promovido no país não era uma revolução, mas um ataque aos preceitos democráticos e às liberdades. Coincidência ou não, a data de sua prisão, assim como a do seu depoimento (no Dia das Mães), ocorreu em um dia simbólico para as mulheres, o que torna esse acontecimento ainda mais autoritário em diferentes linhas de pensamento das ciências humanas.

Outro ponto de análise é a diferença na abordagem policial entre os dois casos analisados. Ao cruzarmos os dados dos exemplos de resistência ao golpe na comunicação

radiofônica do Estado do Piauí, temos o caso de Celso Barros Coelho, que não era jornalista, mas dirigiu-se a uma estação de rádio como deputado e advogado, proferindo palavras em defesa da democracia e contra o golpismo. Isso também foi feito por Iracema Santos Rocha da Silva; todavia, ela era uma jornalista com um programa radiofônico próprio.

Uma dúvida originada a partir das fontes apresentadas até aqui é: por que o depoimento de Iracema Santos Rocha da Silva contém um trecho do discurso contra o golpe, mas o depoimento de Celso Barros Coelho não apresenta nenhuma transcrição de seu discurso, apenas registros de que ele realizou tal ato, inclusive uma confissão do próprio deputado, admitindo que fez uma narração em defesa da democracia? Por que há essa diferença no tratamento entre os dois acusados, do ponto de vista da apresentação de indícios?

Em nossa análise, isso se deve ao fato de Iracema Santos Rocha da Silva ser uma jornalista com programa próprio em uma rádio piauiense e militante do PTB. Assim, os militares já conheciam o perfil crítico da jornalista e podem ter antecipado seu discurso, estando preparados para registrá-lo como prova de subversão. Já no caso do deputado Celso Barros, que não tinha um programa radiofônico, ninguém esperava ouvi-lo naquele dia. Assim, não havia militares preparados para captar seu discurso.

No geral, esses fragmentos evidenciam que, apesar da hegemonia golpista, houve vozes dissonantes na capital do Piauí. As narrativas como de Celso Barros, Iracema Silva, Alberoni Lemos Filho e Jesualdo Cavalcanti são versões individuais da História. Mas dialogam com a história política do Piauí. A capital piauiense foi dominada pelo golpismo, seja pela imprensa (O Dia), seja pelas elites políticas ou religiosas, mas também foi palco de resistência, especialmente no rádio e na ALEPI. Os opositores pagaram um preço alto: cassações, prisões e interrogatórios. Nosso estudo, baseado em fontes escritas e materiais de memórias, é preliminar, mas já revela: complexidade do cenário piauienses em 1964, longe de uma adesão unânime na imprensa. Sobretudo quando consideramos as transmissões de rádio no momento do golpe de 1964.

### **A expansão das práticas censórias e os fragmentos de resistência na imprensa tradicional**

A partir do golpe de 1964, a ditadura criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), um sistema de inteligência utilizado a priori para assessorar o presidente da República, mas que foi potencializado para espionar, preparar dossiês e enviar prerrogativas de ação para os agentes repressivos contra os ditos subversivos e comunistas. Um dos alvos do SNI foram os jornalistas, que, além da vigilância estatal, também foram alvos da censura a partir de forças políticas e empresariais, impactando a criticidade dos periódicos e rádios.

Todavia, nem todos os jornalistas aceitaram essa linha de cerceamento. Durante a fase inicial da ditadura de 1964, houve até mesmo reuniões entre associações e sindicatos de imprensa para debater liberdades nos meios de comunicação. Nessas reuniões, era comum a distribuição de panfletos com conteúdos sintetizados. Nesse contexto, agentes da inteligência do SNI tiveram acesso tanto a algumas reuniões quanto aos próprios manuscritos. Uma dessas reuniões ocorreu em Fortaleza, durante a “IX Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais”, no ano de 1973.

Os jornalistas piauienses presentes na conferência foram: Alberoni Lemos Filho, Renato Bacelar, Antônio Flávio Teixeira Brasil, Álvaro Lebre, Raimundo Ribeiro e Silva, Iracema Santos Rocha da Silva, José Maranhão Silva, Segismundo Fernandes de Alencar, Pedro Mendes Ribeiro, Alceu Guimarães, Paulo Henrique de Lima, José Araújo Mesquita e Pompílio Santos Filho. Uma carta do encontro foi publicada pelo jornal O Povo do Ceará:

Apelo aos homens públicos do País “no sentido de que sejam plenamente restabelecidas as liberdades de imprensa e informação indispensáveis ao exercício profissional”, foi uma das 17 proposições aprovadas na IX Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais, que encerrou os trabalhos de três dias, ontem, em Fortaleza. As outras proposições obtiveram a defesa dos direitos previstos no decreto de regulamentação da profissão, o apoio ao ensino superior de Jornalismo, incluindo-se moção de aplauso ao Ministro Jarbas Passarinho, da Educação e Cultura, que anulou, a pedido do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre e da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, processo seletivo na Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, para formação de redatores e revisores (O Povo, 1973, Serviço Nacional de Informações, 22 de setembro de 1973).

A proposta do evento mostra indícios de que nem todos os jornalistas e organizações aceitaram as limitações nas redações e estações de rádio, ao mesmo tempo em que evidencia o monitoramento dos jornalistas. O conteúdo demonstra claramente um desejo social daqueles profissionais pelo reestabelecimento das liberdades no jornalismo. "O objetivo da ditadura, em larga medida, era também o de calar a voz da sociedade e o de comprometer a

qualidade da formação política, afetiva ou intelectual dos cidadãos" (Fontineles; Fontineles Filho, 2020, p. 51).

Assim, desde 1964, o Brasil foi palco de prisões arbitrárias, sob o jugo da ameaça comunista justificada pela ótica ilegal do Alto Comando do Exército. Porém, a ditadura brasileira não inicia sua fase mais "dura" imediatamente em 1964. O processo de autoritarismo foi diretamente proporcional à busca democrática dos opositores do regime.

Ou seja, conforme os críticos do poder ou do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA) se organizavam em torno de saídas democráticas—questionando a falta de eleições diretas ou o excesso de poder do Executivo—, os militares e seus apoiadores civis viam nessas articulações, como a Frente Ampla, uma ameaça ao projeto ditatorial. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) surgiu, portanto, para garantir—ou melhor, manter—a "revolução". Ness contexto, manter a "Revolução" significava proteger a situação ditatorial imposta ao Brasil a partir de 1964, mesmo que fosse necessário avançar ainda mais no autoritarismo.

Nesse sentido, o AI-5 previa: Suspensão do habeas corpus para crimes políticos; fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; autorização para o presidente da República decretar estado de sítio por tempo indeterminado; suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos eletivos; possibilidade de confiscar bens privados e intervir em estados e municípios. Isso atingiu a sociedade brasileira em todos os setores: artístico, cultural, social e, conseqüentemente, político. Em um relatório geral, o SNI destacou que o padrão de produção jornalística dos estados do Piauí e Ceará era "seguro" aos interesses da ditadura:

A situação hoje na imprensa é de tranquilidade aparente. Existe um potencial de esquerda que não se manifesta, em função do sistema de controle montado pelas autoridades de segurança. Mesmo assim, aqui e ali, os fatos surgem de forma sutil, como a cobertura às ações do Vietnã do Norte e dos movimentos em diversas partes do mundo identificados com as ideias marxistas, dando-se ênfase a tudo aquilo que advém dos países de esquerda, desfigurando-se a ação de algumas nações, principalmente os Estados Unidos da América do Norte, que lideram a corrente democrática (Serviço Nacional de Informações, 1972, p. 1).

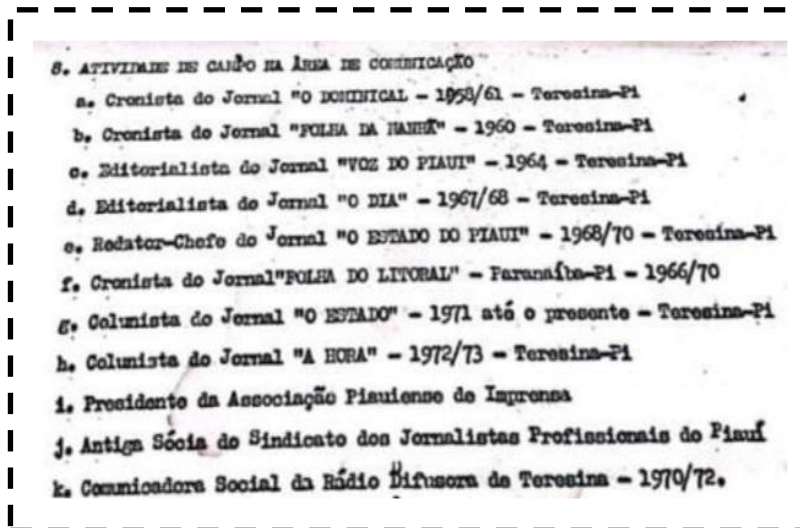
O conteúdo dessa apreciação revela um dos modos operantes da censura nas redações brasileiras. Tal como o compromisso dos militares em anular qualquer resistência garantiu o controle sobre todas as áreas da sociedade. Nesse caso específico, vê-se claramente a violência, pois a "tranquilidade" da imprensa devia-se ao "sistema de controle" imposto

pelos militares federais. A ditadura de 1964, censurou indistintamente obras diversas, provocando súbitas dilacerações ou doloridos silêncios em seus frágeis corpos; criou dificuldades objetivas para a circulação e a distribuição da maior parte delas, atacou a vida universitária e afetou gravemente o destino imediato de vários segmentos da produção cultural. Não bastasse isso, exerceu também árdua censura diária à imprensa. “Todas essas ações influenciaram as maneiras de pensar e de agir da sociedade brasileira pelos desdobramentos que geraram no cotidiano nacional” (Fontineles; Fontineles Filho, 2020, p. 51).

Pessoas com histórico de críticas nos jornais e na vida pública tornaram-se alvos de vigilância constante. Um exemplo no jornalismo piauiense (e já citada neste texto) é o caso da jornalista Iracema Santos Rocha, presa em 1964, libertada posteriormente e candidata a deputada estadual por duas vezes, mas que permaneceu sob monitoramento. Ela atuou como jornalista e editorialista em diversos periódicos do Piauí na década de 1970.

Em seu currículo, escrito em 1974, a jornalista omitiu suas atuações em jornais como a Folha do Litoral—vinculado ao trabalhismo e apoiador das Reformas de Base—e O Dia—no curto período em que esteve ligado ao ex-governador do Piauí, Chagas Rodrigues, este por sua vez foi cassado pela ditadura. Assim, Iracema Santos Rocha trabalhou intensamente nesses veículos, escrevendo crônicas importantes sobre democracia e autoritarismo, além de defender políticas públicas para mulheres. No entanto, em 1974, mencionou apenas experiências em O Dominical e Folha da Manhã, periódicos menos politizados historicamente.

Ou seja, tratando-se de um documento formal como um currículo, e considerando sua trajetória experiente, essa omissão não pode ser vista como acidental. Era, sim, fruto do clima de perseguição e vigilância da ditadura. Iracema Santos Rocha, decidida a seguir sua vida, estava sob suspeita e em observação constante.

- 
8. ATIVIDADES DE CAMPO NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO
- a. Cronista do Jornal "O DOMINICAL" - 1958/61 - Teresina-Pi
  - b. Cronista do Jornal "FOLHA DA MANHÃ" - 1960 - Teresina-Pi
  - c. Editorialista do Jornal "VOZ DO PIAUÍ" - 1964 - Teresina-Pi
  - d. Editorialista do Jornal "O DIA" - 1967/68 - Teresina-Pi
  - e. Redator-Chefe do Jornal "O ESTADO DO PIAUÍ" - 1968/70 - Teresina-Pi
  - f. Cronista do Jornal "FOLHA DO LITORAL" - Parangaba-Pi - 1966/70
  - g. Colunista do Jornal "O ESTADO" - 1971 até o presente - Teresina-Pi
  - h. Colunista do Jornal "A HORA" - 1972/73 - Teresina-Pi
  - i. Presidente da Associação Piauiense de Imprensa
  - j. Antiga Sócia do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí
  - k. Comunicadora Social da Rádio Difusora de Teresina - 1970/72.

Fonte: Acervo pessoal de Iracema Santos Rocha da Silva, Teresina, 1974.

De acordo com Polak (1989), o "não-dito" configura-se em um quadro de verbalizações ou acontecimentos que não conseguem alcançar um palco central, devido ao poder de outra narrativa, determinada como oficial ou correta.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p. 8).

A personalidade não podia incluir em seu currículo suas experiências em jornais com editoriais alvo do golpe civil-militar. Ela menciona os jornais Folha do Litoral e O Dia apenas a partir de 1966, quando já possuíam uma linha editorial mais pragmática com relação ao seu passado recente. Dessa forma, suas passagens por veículos considerados "comunistas" ou "subversivos" foram apagadas de seu documento profissional, justamente devido ao autoritarismo vigente. Para sua própria segurança, Iracema Santos Rocha optou por não revelar a verdade sobre seu histórico de atuação.

Apesar disso, ainda assim as considerações do SNI e outras esferas da ditadura de 1964 consideram a jornalista como um alvo a ser combatido; assim, ela perdeu cargos conquistados via concurso público no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), bem como sua vaga como professora de direito na Universidade Federal do Piauí na segunda metade da década de 1970. Em 2015, o Ministério da Justiça do Brasil reconheceu as arbitrariedades sofridas pela piauiense, promovendo uma indenização financeira e o fortalecimento do seu status de anistia.

## Considerações finais

Desde os primórdios do golpe de 1964, as ações dos militares federais foram voltadas a proibir qualquer ação ou discurso de oposição. A nota do Coronel Mascarenhas Façanha representa uma ordem totalmente fruto da engenharia autoritária que estaria presente no Brasil de 1964 até 1985. Esse pronunciamento proibitivo e atrelado à censura tanto da imprensa quanto da população em geral já foi analisado por outros pesquisadores, assim como as ações de promoção do golpe de 1964 na imprensa escrita do Piauí.

Entretanto, estudos que destacam discursos em favor da democracia no dia 1º de abril de 1964 na capital do estado do Piauí ainda são escassos, sobretudo aqueles que recuperam fragmentos do que o povo piauiense ouviu no momento do golpe. As documentações localizadas no Arquivo Nacional brasileiro e no portal Brasil Nunca Mais permitem acessar essas informações, mas apenas o discurso de Iracema Santos Rocha da Silva foi transcrito pelos militares. Conforme apontamos, isso deve-se ao fato de ela própria ter um programa de rádio marcado para a tarde do dia 1º de abril; assim, os militares já poderiam estar esperando uma reação da jornalista, considerando seu histórico de críticas na comunicação de Teresina.

Como consequência, a jornalista sofreu punições como detenção, proibição de participar de movimentos sociais e monitoramento por agentes de espionagem da ditadura de 1964, cujos arquivos do SNI evidenciam. As apreciações do SNI, bem como as atitudes da jornalista após o golpe de 1964, fizeram com que ela perdesse empregos conquistados via concursos públicos. Somente em 2015, a Justiça reconheceu as arbitrariedades sofridas por ela.

Embora o discurso de Celso Barros Coelho no dia 1º de abril não esteja disponível nos arquivos da ditadura de 1964, ele é mencionado em inquéritos policiais, e o próprio confessou ter verbalizado um discurso em prol da democracia e contra o golpismo. Apresentamos, todavia, o discurso proferido pelo advogado durante a sessão de cassação de seu mandato como deputado estadual, o qual foi registrado e está no dossiê que leva seu nome no Arquivo Nacional.

Além disso, o conteúdo discursivo é marcado pela convicção na defesa da democracia e por apontamentos de que futuras gerações saberão julgar aqueles que cassaram o mandato



de um deputado legitimamente eleito pelo povo piauiense. Ambos os discursos ainda não foram discutidos na historiografia ou na história da comunicação social do estado do Piauí.

Assim, a imprensa tradicional piauiense, por meio do rádio, promoveu oposição ao golpe de 1964. Todos aqueles que se manifestaram contra o golpismo, tentando explicar ao povo piauiense que o país estava passando não por uma revolução, mas por um golpe, foram alvos dos militares. Após isso, os militares limitaram ainda mais as liberdades de imprensa. Os discursos críticos foram sendo apagados, e os agentes do SNI vangloriavam-se pelo padrão de jornalismo, ou seja, celebravam a falta de criticidade nos jornais em razão do sistema de censura.

Os militares monitoravam constantemente os jornalistas, não apenas por suas ações no presente, mas também por suas filiações e ações passadas durante a democracia de 1946. Apesar disso, reconheciam que nem tudo era perfeito aos olhos da censura: havia jornalistas no Piauí que insistiam em promover ações contrárias às ideias da ditadura e que se aproveitavam de breves oportunidades nas matérias para elaborar crônicas um pouco mais críticas.

O currículo de Iracema Santos Rocha da Silva mostra perspectivas importantes. Primeiro, que ela, por segurança própria, omitiu ter sido jornalista em meios de comunicação ligados às Reformas de Base e ao Trabalhismo – dois princípios vistos pelos militares como características de comunismo e subversão. Mesmo assim, os militares tinham informações sobre suas filiações passadas e, por isso, mesmo sem ela destacar seu histórico nesses periódicos, ela perdeu empregos e foi perseguida.

Tais enquadramentos mostram que, no Piauí, houve resistência ao golpismo na imprensa tradicional, apesar da censura, das ameaças e das violações de direitos humanos. Mas evidenciam também que a imprensa tradicional foi censurada e moldada quase integralmente, salvo por alguns jornalistas.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.
- FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **Resistência às mordças**: história e luta contra a opressão na literatura de Assis Brasil. Topoi: Revista de História, v. 21, p. 45-67, 2020.
- LEMOS FILHO, Alberoni. **Vida impressa**. Teresina: Livraria e Editora Corisco Ltda., [s.d.].
- MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. **Por dentro da pauta**: história política e cultural na imprensa escrita de Teresina (1971-1975). 2021. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Tradução: Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.
- TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; MORAIS, Ana Maria. **Telejornalistas mulheres e as desigualdades de gênero**. In: SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa (org.). Mulheres no jornalismo: práticas profissionais e emancipação social. 1. ed. São Paulo: Cásper Líbero: UFG/FIC, 2018. p. 15-30.
- VEIGA, Marcia. **Gênero**: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 490-505, 2012.

## DOCUMENTOS DE ESTADO

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Jornalistas com antecedentes negativos dos principais órgãos de imprensa do Ceará e Piauí (Nº15119/UU/AC/SS-19). 7 fev. 1972. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>.

COELHO, Celso Barros. Depoimento coletado pelo 25º Batalhão de Caçadores no Inquérito Policial Militar número 42 (BNM\_185). 1964. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB\\_02/117079](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/117079).

COELHO, Celso Barros. Dossiê Celso Barros Coelho. Serviço Nacional de Informações, 1964b. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>.

SILVA, Iracema Santos Rocha da. Depoimento coletado pelo 25º Batalhão de Caçadores no Inquérito Policial Militar número 42 (BNM\_185). 1964. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB\\_02/117074](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/117074).

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### João Victor da Costa Rios

Licenciado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). **E-mail de contato:** [joaorios09@ufpi.edu.br](mailto:joaorios09@ufpi.edu.br)

### Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco; Bolsista em Produtividade Científica do CNPq; Professora Associada da Universidade Federal do Piauí-Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/Programa de Pós-Graduação em Ciência Política; Coordenadora do Núcleo de Estudos Contemporâneos História Acessível a Todos. **E-mail de contato:** [cfontinelles@gmail.com](mailto:cfontinelles@gmail.com)